

Efeitos econômicos da crise do Governo Temer

As barreiras adicionais sobre o avanço das reformas no Congresso Nacional deverão reduzir o potencial de crescimento econômico brasileiro, em função dos juros mais altos e da menor confiança dos agentes.

Atividade industrial gaúcha inicia o segundo trimestre em queda

Os Indicadores Industriais do RS de abril mostram que a esperada reação da atividade ainda não aconteceu.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Efeitos econômicos da crise do Governo Temer

As barreiras adicionais sobre o avanço das reformas no Congresso Nacional deverão reduzir o potencial de crescimento econômico brasileiro, em função dos juros mais altos e da menor confiança dos agentes.

A crise do Governo Temer, originada a partir da delação premiada da JBS, não se restringe meramente ao campo político. A instabilidade também gera efeitos de curto e de longo prazo sobre a economia, fato que ganha ainda mais importância no atual contexto de lenta retomada do nível de atividade, após a maior crise da história em mais de um século.

Isso ocorre porque a aprovação de importantes reformas econômicas, como a trabalhista e a previdenciária, que já apresentavam grande resistência entre a oposição e até entre segmentos da própria base de apoio, será ainda mais difícil. Na melhor das hipóteses, o governo precisará ceder ainda mais para lograr êxito nas mudanças legais/constitucionais. Nesse caso, entretanto, os impactos sobre as contas públicas e sobre o potencial de crescimento da economia serão menores. Já no pior dos cenários, nenhuma alteração é aprovada.

Alguns dos efeitos da delação da JBS já se materializaram, notadamente sobre os preços dos ativos. O índice BOVESPA caiu 7,4%, enquanto a taxa de câmbio apresentou desvalorização de 5,6% desde o conhecimento público da delação. Diante do recrudescimento da incerteza, os juros também subiram: os títulos da dívida do Brasil com maturidade de 1 ano (8,8% a.a. para 9,2% a.a.) e de 10 anos (9,7% a.a. para 10,8% a.a.) aumentaram consistentemente. Ambos, todavia, encontram-se bem mais baixos em comparação com o início do ano passado, quando ultrapassavam a barreira dos 15% a.a..

Apesar da ausência de dados para o período mais recente, a incerteza também deverá contaminar negativamente a percepção dos agentes econômicos com relação à situação atual e às expectativas para o futuro. No caso dos empresários, isso tende a trazer prejuízo do ponto de vista dos investimentos, fundamentais para a geração de crescimento econômico sustentado. Já no caso das famílias, impede que o consumo seja mais robusto.

Da mesma forma, o atual processo de redução da taxa básica de juros da economia (SELIC) perde ímpeto. Parte dos motivos que fundamentavam as decisões do COPOM, conforme explicitado nas Notas das últimas reuniões, estava condicionada ao processo de avanço das reformas e da perspectiva mais benigna no que tange às pressões de demanda oriundas do Setor Público.

Pensando a médio e longo prazo, sem medidas efetivas no controle dos gastos do governo, a taxa neutra de juros, ou seja, o nível que não provoca pressões inflacionárias sobre a economia, deverá cair menos. Isso ajuda a manter o custo da dívida do governo mais alto e mantém as pressões pela valorização da taxa de câmbio,

tornando as exportações menos vantajosas e as importações mais atraentes.

Além disso, a economia deverá seguir em marcha lenta pelos próximos anos. Em primeiro lugar, os juros representam o custo de oportunidade do investimento: quanto mais alto o seu nível, menos projetos apresentam viabilidade econômica. Além disso, o crédito direcionado para o consumo também fica mais caro.

As últimas estimativas da Carta de Conjuntura do IPEA dão conta que o hiato do produto, ou seja, a diferença entre o PIB efetivo e o potencial de crescimento da economia brasileira atingiu -6,64% no último trimestre do ano passado, nível mais baixo de toda a série histórica, iniciada em 1993. As projeções feitas antes da crise política apontavam que a lacuna permaneceria considerável até os três últimos meses de 2018, convergindo para -4,0%.

Uma das consequências diretas do baixo dinamismo da atividade diz respeito à lenta evolução da inflação e dos demais custos de produção. As expectativas futuras para o IPCA, INPC e IGP-M para 2017, por exemplo, são 3,71%, 4,09% e 1,25%, respectivamente, conforme a mediana das projeções divulgadas hoje pelo Relatório FOCUS, do Banco Central. Já para 2018, as expectativas estão ancoradas em valores próximos a 4,5%.

Já o mercado de trabalho, que responde ao ciclo econômico com defasagem, permanecerá deteriorado. Trata-se de uma notícia muito ruim para a demanda agregada da economia, sobretudo para o setor de Serviços, que é bastante intensivo em mão de obra. Atualmente, por exemplo, o número de desempregados no Brasil já alcança 14,2 milhões. Há ainda 5,3 milhões de subocupados por insuficiência de horas e 7,1 milhões de pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis (força de trabalho potencial). Ao todo, portanto, são 26,6 milhões de pessoas subocupadas.

Sem mudanças profundas no gasto e de modernização da estrutura produtiva, o país não conseguirá recuperar o grau de investimento, conquistado a duras penas após anos de boa condução da política econômica. Consequentemente, o custo da tomada de empréstimos no exterior seguirá mais alto, travando ainda mais atividade.

As reformas estruturais não deveriam ser encaradas como uma política partidária, mas sim como um projeto para a modernização do Brasil para a geração de renda e de empregos de maior qualidade. Deveriam, sim, permanecer imunes a eventuais crises oriundas no campo político. Porém, sabe-se que essa não é a nossa realidade, o que traz reflexos perversos nos âmbitos econômico e social.

Atividade industrial gaúcha inicia o segundo trimestre em queda

Os Indicadores Industriais do RS de abril mostram que a esperada reação da atividade ainda não aconteceu.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), indicador que mede a atividade do setor, caiu pelo segundo mês seguido em abril: - 1,2% em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal. O calendário atípico relativiza a queda: abril teve cinco dias úteis a menos do que março, fato que não é totalmente ajustado pela dessazonalização. Com isso, o IDI/RS no quarto mês do ano foi o segundo mais baixo da série iniciada em 2003.

Entre os componentes do índice de atividade, o recuo de 8,3% no faturamento real foi o principal responsável pelo desempenho negativo no mês, de acordo com dados dessazonalizados. A indústria gaúcha também registrou quedas nas horas trabalhadas na produção (-1,2%) e na utilização da capacidade instalada – UCI (-1,1 p.p.). Por outro lado, as compras industriais (+2,2%) assim como a massa salarial real (+0,4%) cresceram no período, enquanto o emprego (+0,1%) ficou praticamente estável.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, a atividade industrial gaúcha mostrou queda de 3,9%, no 38º resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. O efeito calendário, mais uma vez, foi parcialmente responsável por esse resultado, uma vez que abril de 2017 teve dois dias úteis a menos que no ano passado. No primeiro quadrimestre de 2017, a atividade acumulou retração de 2,7% em relação ao período equivalente no ano passado. Com exceção da massa salarial (+0,3%), todos os indicadores caíram nessa métrica: o faturamento real (-4,4%), as horas trabalhadas na produção (-4,1%), as compras industriais (-4,2%), o emprego (-2,1%) e a UCI (-0,4 p.p.).

As quedas anuais no primeiro quadrimestre de 2017 se espalham por 10 dos 17 setores pesquisados no estado. Os principais impactos vieram de Veículos automotores (-9,3%), Alimentos (-4,8%) e Tabaco (-6,4%). Por outro lado, setores importantes na matriz produtiva regional registraram crescimento, como Couros e calçados (+1,1%), Químicos e der. de petróleo (+1,2%), Produtos de metal (+2,7%) e Máquinas e equipamentos (+0,8%).

Os Indicadores Industriais do RS de abril mostram que a esperada reação da atividade ainda não aconteceu. Um conjunto de fatores segue postergando o seu início, sobretudo o cenário político e a persistente retração da demanda interna. Nos últimos seis meses, a indústria gaúcha parou de cair. Todavia, a oscilação mensal nesse período não aponta qualquer tendência para os indicadores, que estão em níveis muito próximos de seus pisos históricos.

O cenário de retomada da atividade industrial gaúcha nos próximos meses está mantido, baseado nas reduções da taxa básica de juros e da inflação, na confiança e exportações industriais. Porém, senão ameaçada, deverá ser ainda mais lenta e gradual do que a prevista anteriormente. A incerteza sobre a aprovação das reformas, suporte da recuperação da economia brasileira, aumentou muito diante do agravamento da crise política.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

(Variações em % – abril de 2017)

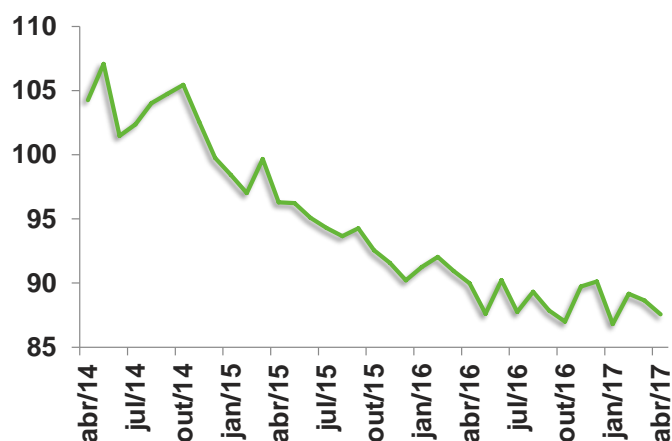
	Variação %		
	Mês*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	-1,2	-3,9	-2,7
Faturamento real	-8,3	-8,4	-4,4
Horas Trabalhadas na produção	-1,2	-6,5	-4,1
Emprego	0,1	-1,5	-2,1
Massa salarial real	0,4	4,7	0,3
Utilização da capacidade instalada	-1,1	-1,4	-0,4
Compras Industriais	2,2	-4,7	-4,2

* Dessazonalizado

Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS

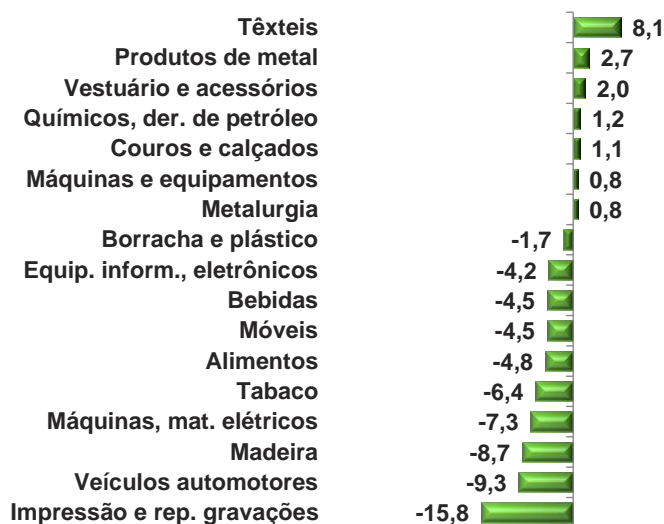
(Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal)

Média de 2006 = 100)



Índice de Desempenho Industrial do RS – Setores

(Variação acumulada no ano – abril de 2017 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.